

Bancos dos EUA já mudam as regras

Nova Iorque — As autoridades supervisoras dos bancos norte-americanos ordenaram a aplicação de regras mais estritas para contabilizar os empréstimos internacionais em atraso de pagamentos, o que reduzirá os lucros dos bancos que concederam importantes créditos à Argentina.

Uma instrução do Banco Central e do controle da moeda ordenou aos bancos comerciais norte-americanos que apliquem estritamente a regra segundo a qual os créditos internacionais cujos juros não foram pagos depois de mais de 90 dias devem ser incluídos na lista dos "sem retorno".

A maioria dos grandes bancos continuava incluindo os empréstimos à Argentina em seu balanço do trimestre passado, utilizando como argumento o fato de que no começo deste período o país ainda não ultrapassara os 90 dias em seu atraso.

Esta aplicação menos estrita da regra sobre os empréstimos sem retorno acarretou uma certa perda de confiança nas contas publicadas pelos bancos comerciais, cujas cotações na bolsa caíram nas últimas semanas. Estas instruções das autoridades supervisoras dos bancos serão aplicáveis somente a partir do terceiro trimestre de 1984.

Entretanto, de qualquer forma, a maioria dos grandes bancos comerciais já informou que pretende aplicar as regras de contabilidade mais estritas sobre os empréstimos à América Latina já a partir deste trimestre. O banco que outorgou créditos mais importantes ao país é o Manufacturers Hanover (1,32 bilhão de dólares, ou seja, 2,1 por cento de seus ativos).

Este banco anunciou que a aplicação da regra acarretará uma redução de 25 milhões de dólares de seus lucros no segundo trimestre, inclusive se a Argentina pagar seus juros atrasados antes de 30 de junho.

Esperança

Washington — O secretário do Tesouro dos EUA, Donald Regan, expressou ontem sua confiança de que a Argentina poderá chegar ainda a um acordo com o Fundo Monetário Internacional sobre um programa de recuperação econômica que facilite o reordenamento de sua dívida externa.

"O fato é que o FMI e a Argentina continuam conversando", disse Regan, acrescentando esperar que se encontre uma solução antes do fim do mês.

A data final é o segundo semestre, durante o qual o governo do presidente Raul Alfonsín terá que pagar uns 450 milhões de dólares em juros sobre os créditos que deve aos bancos privados norte-americanos.